

25

cadernos temáticos CRP SP

Psicologia, laicidade do Estado e o enfrentamento à intolerância religiosa



Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**

Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - CRP 06

cadernos temáticos CRP SP
Psicologia, laicidade do
Estado e o enfrentamento
à intolerância religiosa

CRP 06 · São Paulo · 2019 · 1ª Edição

Caderno Temático nº 25 – Psicologia, laicidade do estado e o enfrentamento à intolerância religiosa

XV Plenário (2016-2019)

Diretoria

Presidenta | Luciana Stoppa dos Santos
Vice-presidenta | Larissa Gomes Ornelas Pedott
Secretária | Suely Castaldi Ortiz da Silva
Tesoureiro | Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Conselheiras/os

Aristeu Bertelli da Silva (*Afastado desde 01/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Beatriz Borges Brambilla
Beatriz Marques de Mattos
Bruna Lavinias Jardim Falleiros (*Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Clarice Pimentel Paulon (*Afastada desde 16/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Ed Otsuka
Edgar Rodrigues
Evelyn Sayeg (*Licenciada desde 20/10/2018 - PL 2051ª de 20/10/18*)
Ivana do Carmo Souza
Ivani Francisco de Oliveira
Magna Barboza Damasceno
Maria das Graças Mazarin de Araújo
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri
Maria Rozineti Gonçalves
Maurício Marinho Iwai (*Licenciado desde 01/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)
Mary Ueta
Monalisa Muniz Nascimento
Regiane Aparecida Piva
Reginaldo Branco da Silva
Rodrigo Fernando Presotto
Rodrigo Toledo
Vinicius Cesca de Lima (*Licenciado desde 07/03/2019 - PL 2068ª de 16/03/2019*)

Organização do caderno

Jamille Georges Reis Khouri

Revisão ortográfica

Andrea Vidal

Projeto gráfico e editoração

Paulo Mota | Relações Externas CRP SP

C755p Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.
Psicologia, laicidade do estado e o enfrentamento à intolerância religiosa.
Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. - São Paulo: CRP SP, 2019.
28 p.; 21x28cm. (Cadernos Temáticos CRP SP /nº 25)

ISBN: 978-85-60405-49-7

1. Psicologia e Laicidade. 2. Intolerância Religiosa. 3. Estado Laico. 4. Fundamentalismo Religioso. 5. Racismo. 6. Espiritualidade. I. Título

CDD 150.1954

Ficha catalográfica elaborada por Marcos Toledo CRB8/8396

Cadernos Temáticos do CRP SP

Desde 2007, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo inclui, entre as ações permanentes da gestão, a publicação da série *Cadernos Temáticos do CRP SP*, visando registrar e divulgar os debates realizados no Conselho em diversos campos de atuação da Psicologia.

Essa iniciativa atende a vários objetivos. O primeiro deles é concretizar um dos princípios que orientam as ações do CRP SP, o de produzir referências para o exercício profissional de psicólogas/os; o segundo é o de identificar áreas que mereçam atenção prioritária, em função de seu reconhecimento social ou da necessidade de sua consolidação; o terceiro é o de, efetivamente, ser um espaço para que a categoria apresente suas posições e questionamentos acerca da atuação profissional, garantindo, assim, a construção coletiva de um projeto para a Psicologia que expresse a sua importância como ciência e como profissão.

Esses três objetivos articulam-se nos *Cadernos Temáticos* de maneira a apresentar resultados de diferentes iniciativas realizadas pelo CRP SP, que contaram com a experiência de pesquisadoras/es e especialistas da Psicologia para debater sobre assuntos ou temáticas variados na área. Reafirmamos o debate permanente como princípio fundamental do processo de democratização, seja para consolidar diretrizes, seja para delinear ainda mais os caminhos a serem trilhados no enfrentamento dos inúmeros desafios presentes em nossa realidade, sempre compreendendo a constituição da singularidade humana como um fenômeno complexo, multideterminado e historicamente produzido. A publicação dos *Cadernos Temáticos* é, nesse sentido, um convite à continuidade dos debates. Sua distribuição é dirigida a psicólogas/os, bem como aos diretamente envolvidos com cada temática, criando uma oportunidade para a profícua discussão, em diferentes lugares e de diversas maneiras, sobre a prática profissional da Psicologia.

Este é o 25º Caderno da série. Seu tema é: *Psicologia, laicidade do estado e o enfrentamento à intolerância religiosa*.

Outras temáticas e debates ainda se unirão a este conjunto, trazendo para o espaço coletivo informações, críticas e proposições sobre temas relevantes para a Psicologia e para a sociedade.

A divulgação deste material nas versões impressa e digital possibilita ampla discussão, mantendo permanentemente a reflexão sobre o compromisso social de nossa profissão, reflexão para a qual convidamos a todas/os.

XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

Os Cadernos já publicados podem ser consultados em www.crsp.org.br:

- 1 – Psicologia e preconceito racial
- 2 – Profissionais frente a situações de tortura
- 3 – A Psicologia promovendo o ECA
- 4 – A inserção da Psicologia na saúde suplementar
- 5 – Cidadania ativa na prática
- 5 – *Ciudadanía activa en la práctica*
- 6 – Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional
- 7 – Nasf – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- 8 – Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas
- 9 – Ensino da Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas
- 10 – Psicólogo Judiciário nas Questões de Família
- 11 – Psicologia e Diversidade Sexual
- 12 – Políticas de Saúde Mental e juventude nas fronteiras psi-jurídicas
- 13 – Psicologia e o Direito à Memória e à Verdade
- 14 – Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia
- 15 – Centros de Convivência e Cooperativa
- 16 – Psicologia e Segurança Pública
- 17 – Psicologia na Assistência Social e o enfrentamento da desigualdade social
- 18 – Psicologia do Esporte: contribuições para a atuação profissional
- 19 – Psicologia e Educação: desafios da inclusão
- 20 – Psicologia Organizacional e do Trabalho
- 21 – Psicologia em emergências e desastres
- 22 – A quem interessa a “Reforma” da Previdência?: articulações entre a psicologia e os direitos das trabalhadoras e trabalhadores
- 23 – Psicologia e o resgate da memória: diálogos em construção
- 24 – A potência da psicologia obstétrica na prática interdisciplinar: uma análise crítica da realidade brasileira

Sumário

Psicologia, laicidade do Estado e o enfrentamento à intolerância religiosa

07 APRESENTAÇÃO

PALESTRAS

Democracia, laicidade e fundamentalismo religioso

08 *Bruna Suruagy do Amaral Dantas*

Espiritualidade, Religião e Laicidade do Estado

14 *Henrique Vieira Passos*

Racismo e Intolerância Religiosa: expressões subjetivas

19 *Veridiana Machado*

23 *Franklin Felix de Lima*

Apresentação

Comissão de Políticas Públicas - CPP CRP SP

A história da humanidade é estruturada pela história da divisão e hierarquização social, racial e sexual entre os povos, mediados por inúmeros processos objetivos e subjetivos que sustentam nossa produção humana e cultural, inclusive com a invenção ou identificação de “terceiros”, do “Outro”, do “Divino”, como quisermos compreender. O fato é que, nossa história, inclusive de organização da política e da vida comum nas cidades, perpassa regimes teocentros.

Em nome da centralidade religiosa, vivemos grandes massacres, violências, extermínios. Tudo em nome de instituições religiosas que assumiram a organização dos Estados-Nação. Tal cenário nos exige refletir sobre qual a relação do Estado e da política com as religiões, e os riscos que essa perspectiva produz enquanto disputa por poder, narrativa e existência.

Na história, foram as mulheres e os povos africanos, ameríndios e pobres que foram violentamente oprimidos, explorados e exterminados, inclusive em virtude de leituras e tensões religiosas.

As brasileiras e brasileiros têm em sua história a memória de africanos sequestrados de suas terras; de indígenas, homens e mulheres mortos em nome da civilidade e do desenvolvimento; de mulheres, consideradas bruxas, perigosas à sociedade - essa é a nossa história, atualizada nas condições objetivas de vida do povo brasileiro, na desigualdade de renda, de gênero e de raça que estrutura nossas relações sociais.

O Estado, enquanto ente responsável pela garantia de direitos sociais e humanos de toda a população, por pressão popular vem respondendo com intervenções e políticas que enfrentam tais desigualdades históricas, produzindo (ou não) violências ao instituir princípios e valores que ex-

pressam formulações culturais advindas de formulações religiosas, produzindo diferenciação e hierarquização entre os distintos pensamentos sobre a função social do Estado.

Esse debate sobre a laicidade do Estado Brasileiro faz-se urgente, ao afirmarmos as condições de igualdade entre todas e todos no Brasil, a não indução a convicções religiosas, a negação de todas as formas intolerância religiosa. Por isso, o CRP SP afirma e defende um Estado Laico, que respeita a pluralidade e a cultura do povo brasileiro. Somos expressamente defensoras da liberdade de expressão religiosa individual, mas entendemos que nosso Estado é regido por princípios democráticos previstos constitucionalmente em nossa carta magna. Que nossas leis, nossas políticas, nossas práticas (enquanto psicólogas e psicólogos) não serão respaldadas em princípios religiosos.

O presente caderno é oriundo de discussões realizadas no Conselho Regional de Psicologia, em que foram apresentadas intervenções/intervenções de formulações religiosas no âmbito do legislativo, que incitam em muitas vezes o ódio e a intolerância, produzindo cidadanias distintas para mulheres, pessoas LGBTQ+, pessoas de religiões não cristãs, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

É nessa seara que o CRP SP reconhece as subjetividades marcadas por múltiplas experiências psicossociais, que perpassam as relações com a espiritualidade e com a religião. Enfrentar a intolerância religiosa e o extremismo são deveres éticos à profissão, por isso devemos superar as formas de violência e alienação e reafirmar a liberdade religiosa e a laicidade do Estado Brasileiro, das políticas públicas e da intervenção das psicólogas e psicólogos. 🌍

Democracia, laicidade e fundamentalismo religioso

Bruna Suruagy do Amaral Dantas

Professora de Psicologia Social da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre e doutora em Psicologia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora dos discursos políticos e ideológicos da bancada evangélica na Câmara Federal

Pretendo discutir, nessa palestra, democracia, laicidade e fundamentalismo religioso a partir da minha compreensão do funcionamento da bancada evangélica. Antes de iniciar minha exposição, considero pertinente fazer uma ressalva: a minha apresentação não diz respeito à totalidade da bancada evangélica, mas sobretudo aos atores políticos que alcançaram visibilidade midiática e, em função do prestígio político adquirido, colocam-se na condição de representantes da Frente Parlamentar Evangélica, como se todos assumissem uma posição homogênea e unívoca.

Trata-se de um bloco heterogêneo, plural, múltiplo, suprapartidário e interdenominacional. A bancada evangélica é constituída por parlamentares de diferentes matizes ideológicas; então, não é possível fazer uma afirmação genérica ou trabalhar com generalizações. Por outro lado, a discussão requer algum tipo de generalização. Portanto, quero que vocês saibam que estou fazendo referência, sobretudo, ao grupo mais conservador da bancada evangélica, que hoje assume a liderança da frente parlamentar.

É inquestionável o aumento da representação política dos evangélicos no Brasil, que decorreu certamente do crescimento do número de fiéis nas últimas décadas. Assim, entendemos que, de alguma forma, o aumento do número de fiéis se transformou em capital eleitoral, conferindo força política às igrejas evangélicas desde 1990 até o presente momento, ampliando sua representação nas eleições e instâncias legislativas do país. A cada legislatura, a bancada ganha volume e desenvolve estratégias para estender seus tentáculos.

Na 55ª legislatura, identificamos aproximadamente 93 integrantes da bancada, consideran-

“A laicidade não representa a evasão da religião da esfera pública, nem a privatização do sagrado, mas o fim do monopólio religioso, a garantia do livre exercício da fé, a defesa da tolerância religiosa, da pluralidade de crenças, cosmologias e cultos. Portanto, a participação política das religiões não é uma ameaça à democracia, contanto que se garantam os princípios da igualdade e da liberdade para todos os credos”

do fluxos e trânsitos de suplentes e titulares – em alguns momentos, os suplentes assumem e, depois, os titulares retomam suas cadeiras; esses movimentos, então, produzem certa variação no número de parlamentares. Nas eleições de 2018, a liderança evangélica definiu estratégias eleitorais a fim de ampliar a representação política e consolidar seu poder no cenário nacional. O desejo é de que os parlamentares cheguem a 150 e os senadores, a 15 (hoje são 3).

É nesse contexto de envolvimento dos evangélicos com a política e de seu interesse em protagonizar episódios de relevância nacional que reacende o debate moderno acerca dos perigos da confessionalização da política e da politização da religião para a consolidação da democracia. Discursos modernos sempre apresentaram a religião como uma grande ameaça ao progresso cien-

“Regulação política, jurídica e institucional das relações entre a Igreja e o Estado, à emancipação do Estado e dos serviços públicos em relação aos poderes eclesiásticos, à neutralidade das instituições políticas, à autonomia dos poderes políticos e religiosos e à concessão de tratamento igualitário às diferentes agremiações religiosas, além das liberdades de consciência, religião e culto”

tífico e ao desenvolvimento civilizatório. Gostaria de fazer algumas ressalvas sobre essa questão: a laicidade não representa a evasão da religião da esfera pública, nem a privatização do sagrado, mas o fim do monopólio religioso, a garantia do livre exercício da fé, a defesa da tolerância religiosa, da pluralidade de crenças, cosmologias e cultos. Portanto, a participação política das religiões não é uma ameaça à democracia, contanto que se garantam os princípios da igualdade e da liberdade para todos os credos.

Ricardo Mariano¹ apresenta um conceito de laicidade que considero relevante e pretendo nessa apresentação destacar. Em sua concepção, a laicidade corresponde à regulação política, jurídica e institucional das relações entre a Igreja e o Estado, à emancipação do Estado e dos serviços públicos em relação aos poderes eclesiásticos, à neutralidade das instituições políticas, à autonomia dos poderes políticos e religiosos e à concessão de tratamento igualitário às diferentes agremiações religiosas, além das liberdades de consciência, religião e culto.

Tendo em vista esse conceito, cabe questionar se há incompatibilidade entre a democracia laica e a religião pública. Autores como Joanildo Burity² afirmam que as religiões podem participar

politicamente do debate democrático, não causando necessariamente danos aos princípios da laicidade do Estado, do pluralismo ideológico e da livre manifestação religiosa. Por isso, os evangélicos não devem, obviamente, ser proibidos de atuar no campo da política e de participar do debate público. Excluí-los da cena pública e impedi-los de agir politicamente seriam procedimentos antidemocráticos. Qualquer forma de exclusão compromete a democracia.

Um exemplo foi a notícia divulgada ontem sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal de cancelar os títulos eleitorais de 3,4 milhões de brasileiros³. Por questões burocráticas e institucionais, alguns brasileiros serão impedidos de participar do processo eleitoral na condição de sujeitos votantes, o que sempre representou uma fragilidade da nossa democracia, que historicamente atribui ao ato de votar a expressão da cidadania. O voto exclusivamente pouco contribui para a consolidação do sistema democrático. Desse modo, excluir qualquer tipo de ator político do processo eleitoral prejudica a democracia.

É nesse contexto que surge uma grande contradição. Se, por um lado, a exclusão religiosa do espaço público fragiliza a democracia; por outro, a ausência de regulações jurídicas favorece o desequilíbrio econômico e político entre as religiões, privilegiando umas em detrimento de outras. É essa a questão que nos cabe discutir, porque o Estado deve intervir para coibir formas de dominação e abuso de poder econômico nos pleitos eleitorais.

“Se, por um lado, a exclusão religiosa do espaço público fragiliza a democracia; por outro, a ausência de regulações jurídicas favorece o desequilíbrio econômico e político entre as religiões, privilegiando umas em detrimento de outras”

Nas eleições de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu intensificar a fiscalização das igrejas evangélicas para impedi-las de participar ativamente da campanha eleitoral, com a vei-

1 Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Departamento de Sociologia da USP, pesquisador do CNPq, vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. Realiza pesquisas na área de Sociologia da Religião.

2 Realizou o doutorado em Ciência Política na University of Essex (Inglaterra) e o pós-doutorado na University of Westminster (Inglaterra). É pesquisador titular, professor e coordenador do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, na Fundação Joaquim Nabuco; e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco

3 A palestrante faz referência às notícias veiculadas no dia 26 de setembro de 2018 sobre o cancelamento do título de eleitor de 3,4 milhões de brasileiros devido à não realização do cadastramento biométrico, disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/stf-mantem-cancelamento-de-34-milhoes-de-titulos-eleitorais-23104769>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

culação de propagandas, a apresentação dos candidatos, a distribuição de panfletos e a realização de comícios nos cultos. Essas práticas configuram crime eleitoral, com penalidades que variam de multas à cassação do registro da candidatura ou do diploma em caso de vitória. O TSE tem desenvolvido estratégias e tomado medidas para inibir a participação de instituições religiosas no processo eleitoral. Algumas igrejas (neo)pentecostais, como a Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus, passaram a adotar um procedimento eleitoral específico: a definição de candidaturas oficiais representativas da instituição e a constituição de distritos eleitorais. A meu ver, é essa a questão que se deve considerar na discussão sobre laicidade: não se trata do impedimento à participação dos atores religiosos no processo democrático, mas da necessidade de algum tipo de controle institucional e de regulação jurídica para coibir os abusos de poder econômico de “monopólios” religiosos, o que gera um desequilíbrio político e financeiro na relação com outras religiões.

Sem qualquer regulação, o Estado termina dispensando um tratamento desigual às religiões, privilegiando umas em detrimento de outras. No Brasil, verifica-se que as regulações institucionais ainda são frágeis e não conseguem conter a interferência das igrejas evangélicas nas eleições e no mandato parlamentar. Observa-se que muitos deputados evangélicos representam os interesses econômicos de suas congregações religiosas, produzindo um desvio no sistema de representação política e contribuindo para intensificar a crise de credibilidade da democracia.

“ ‘Laicidade à brasileira’ em razão de suas especificidades: o fim da religião oficial e, em contrapartida, a manutenção de privilégios concedidos às religiões hegemônicas”

Ricardo Mariano denomina a nossa laicidade de “laicidade à brasileira” em razão de suas especificidades: o fim da religião oficial e, em contrapartida, a manutenção de privilégios concedidos às religiões hegemônicas. A separação entre o Estado e a Igreja no Brasil não eliminou os privilégios católicos – e agora os evangélicos –, nem a

discriminação estatal em relação às organizações mágico-religiosas, não havendo, desse modo, tratamento igualitário nem garantias constitucionais para algumas agremiações religiosas.

O que percebi a partir da tese de doutorado que realizei e das pesquisas que venho realizando é que a laicidade é tratada, pelos deputados evangélicos progressistas e conservadores, como um valor universal, inegociável. Entretanto, os conservadores defendem-na sobretudo quando se sentem ameaçados pelo poder político da Igreja Católica. Nessas circunstâncias em que a disputa religiosa se acirra, a laicidade é reivindicada como um valor inalienável e um princípio fundamental a ser garantido pelo Estado.

Farei menção a um episódio marcante na história da bancada evangélica: o acordo entre o Brasil e a Santa Sé, aprovado pelo Congresso Nacional em 2009 e promulgado pelo então presidente da República em 2010. Nesse acordo, a Igreja Católica apresentou prerrogativas que a beneficiavam economicamente na relação que pretendia estabelecer com o Brasil. Na ocasião, a bancada evangélica ficou furiosa com a proposta da Igreja Católica, que a favorecia com privilégios econômicos e, por isso, decidiu produzir um documento similar, intitulado “Lei Geral das Religiões, para garantir a equidade de direitos entre as religiões. A equidade e a isonomia tornaram-se, portanto, absolutamente relevantes, quando os protagonistas da bancada evangélica se sentiram preteridos pelo governo. Demonstraram indignação e exigiram o mesmo tratamento especial concedido à Igreja Católica, utilizando como justificativa o princípio da laicidade; contudo, não requerendo do Estado igualdade de condições para todas as religiões.

Apesar da defesa contumaz da laicidade e da conseqüente pluralidade, nas duas últimas legislaturas, a bancada evangélica tem assumido um discurso mais conservador, beligerante, exaltado e alarmista, que reivindica o retorno às tradições, o resgate dos valores morais e a restauração da família heteronormativa e monogâmica. Trata-se, portanto, de uma reação às políticas públicas que foram implementadas em favor da diversidade moral, cultural, sexual e de gênero. Conclui-se, pois, que a bancada evangélica, quando se sente desprestigiada, reivindica a laicidade para obter os mesmos privilégios da Igreja Católica; porém, quando na esfera pública atua com protagonismo no exercício do poder, age para combater políticas destinadas a efetivar direitos dos grupos minoritários.

No cotidiano da atividade parlamentar, os deputados evangélicos têm empreendido verdadeiras cruzadas contra inimigos específicos, incitando pânico morais, fomentando o ódio, justificando a violência e legitimando a guerra política e espiritual do bem contra o mal. A título de ilustração, destaco o episódio dos materiais didáticos de combate à homofobia, idealizados pelo Ministério da Educação e intitulados pejorativamente de “*kit gay*” pela bancada evangélica. O então deputado federal Jair Bolsonaro protagonizou as críticas contra as cartilhas do MEC, alegando que “o *kit* estimula o homossexualismo e abre uma porta para a pedofilia”. Um discurso catastrófico, desprovido de coerência lógica, cujo propósito é produzir pânico, desorientação cognitiva e ódio. O inimigo é identificado, a intolerância se estabelece e, conseqüentemente, a defesa da laicidade se esvazia na prática parlamentar, permanecendo viva apenas na retórica evangélica.

Especificamente nas duas últimas legislaturas, a bancada tem resistido à garantia dos direitos humanos e à formulação de políticas públicas de proteção da diferença. Os deputados mais conservadores erguem-se como soldados em combate e enfrentam os adversários – no caso, as mulheres e a população LGBT – com a elaboração de projetos de lei de conteúdo moral e religioso. Além de encaminhar à votação proposições legislativas, também impedem a tramitação de propostas que garantem direitos a minorias políticas.

“A bancada tem resistido à garantia dos direitos humanos e à formulação de políticas públicas de proteção da diferença”

Selecionei alguns projetos de autoria de deputados evangélicos para lhes apresentar, os mais atuais, que estão em tramitação ou que já foram até aprovados: 1) o PL 5069/2013, elaborado por Eduardo Cunha e conhecido como projeto antiaborto, determina que em casos de estupro a interrupção da gravidez só será consentida por lei mediante a realização de exame de corpo de delito e o registro do boletim de ocorrência; 2) a PEC 181/2015, já aprovada em algumas comissões temáticas, criminaliza o aborto em toda e qualquer situação, inclusive naquelas asseguradas pela Constituição; 3) o cancelamento de uma resolução do Conselho

Nacional de Justiça que obriga os cartórios a registrar união civil entre pessoas do mesmo sexo; 4) o Projeto de lei 6.449/2016 torna obrigatório às operadoras bloquear o acesso a conteúdo sexual gratuito, para proibir a pornografia e a masturbação; 5) o PL 8099/2014, cujo autor é o deputado pastor Marco Feliciano, visa a obrigatoriedade do ensino do criacionismo em escolas públicas e privadas; 6) o Projeto de lei 6314/2005 prevê a proibição da abertura de processos por crimes de injúria e difamação contra líderes religiosos; 7) a aprovação do Estatuto da Família, que define a entidade familiar como uma configuração social e afetiva resultante da união conjugal e estável entre um homem e uma mulher, podendo ser ainda constituída por seus descendentes; 8) a PEC 99/2011, ainda em tramitação, confere poder às associações religiosas de contestar as decisões do Supremo Tribunal Federal. Caso essa Proposta de Emenda Constitucional seja aprovada, as entidades evangélicas de abrangência nacional terão autorização para propor ações de inconstitucionalidade e constitucionalidade junto à Suprema Corte.

Observa-se, pois, uma articulação de forças evangélicas para expandir seu poder político, alcançando, assim, as esferas da Justiça, especialmente o Supremo Tribunal Federal, e do Executivo – no caso a Presidência da República. Refiro-me, principalmente, aos atores políticos com visibilidade midiática, que assumem a liderança da bancada e se colocam na condição de representantes dos demais evangélicos da Casa. Existe uma mística de que os evangélicos precisam ocupar o Executivo, migrando depois para outras instâncias de poder. A primeira conquista eleitoral expressiva no campo executivo ocorreu nas eleições municipais do Rio de Janeiro, quando o sobrinho de Edir Macedo, Marcelo Crivella, tornou-se prefeito da capital fluminense. No entanto, os evangélicos alimentam o sonho político de eleger como presidente da República⁴ um “irmão na fé”, que possa preservar os valores cristãos, proteger a laicidade e fortalecer a democracia.

Em seus discursos, os parlamentares evangélicos costumam enaltecer a democracia, concebendo-a como um regime político que cumpre formalidades institucionais, cujo principal fundamento é a representatividade e não a participação. Há, inclusive, certa hostilidade em relação ao conceito de participação. De acordo com essa pers-

⁴ É importante frisar que este evento ocorreu em setembro de 2018, portanto, Jair Bolsonaro ainda não havia assumido a Presidência da República.

pectiva, a democracia cumpre ritos institucionais e segue procedimentos formais, como o sufrágio universal, a realização de eleições periódicas, livres e transparentes, a separação e independência dos poderes, o pluripartidarismo e a alternância dos partidos no poder. Os parlamentares defendem essa concepção formalista e institucional da democracia, o respeito aos regulamentos formais e aos trâmites institucionais, não considerando a importância da participação política e do controle social nem demonstrando preocupação com o aumento das abstenções eleitorais.

“Não considerando a importância da participação política e do controle social nem demonstrando preocupação com o aumento das abstenções eleitorais”

Os congressistas mais influentes da bancada são favoráveis à democracia representativa, atribuindo um valor absoluto à representação dos parlamentares eleitos, que – em sua concepção – necessitam de liberdade para representar devidamente o povo. O que isso significa? Eles não devem ser submetidos a nenhum tipo de escrutínio, monitoramento e fiscalização por parte da população, cabendo-lhes atuar conforme a consciência moral e os preceitos cristãos. Os mecanismos de participação política e controle social são considerados impedimentos ao exercício da representação, visto que intimidam os representantes e lhes restringem a liberdade de desempenhar a função que lhes foi delegada. Portanto, acredita-se que, no sistema democrático representativo, o eleitor transfere a titularidade do poder para o candidato em quem votou, confia nele, entrega a nação nas “mãos de Deus” e espera as próximas eleições para corrigir eventuais equívocos. Desse modo, garante-se que o candidato eleito assumirá o mandato e o realize com liberdade. Alguns deputados reivindicam: “Eu preciso ter liberdade para fazer valer a representação que me foi conferida”.

Na perspectiva da bancada evangélica, os processos de monitoramento e fiscalização da gestão pública assim como a participação popular dificultam a atividade parlamentar. Para eles, a cidadania se exerce exclusivamente por meio do voto. Não se reconhece a relevância da participa-

ção, ou seja, a democracia é um regime em que o povo vota e deposita sua confiança na capacidade de representação política de quem foi eleito. Todavia, caso a representação não se realize, a população deve aguardar as próximas eleições para fazer novas escolhas. Outro aspecto relacionado à democracia que merece discussão diz respeito à natureza do governo representativo o qual, segundo os parlamentares evangélicos, deve favorecer a maioria em detrimento das minorias. A minoria deve ser submetida ao poder de determinação da maioria. Trata-se, pois, de uma ditadura da maioria, e não propriamente de uma democracia que, na concepção de Chantal Mouffe⁵, se propõe a articular os múltiplos interesses da sociedade e atender, inclusive, as demandas das minorias políticas.

Jair Bolsonaro, em seus discursos, tem destacado essa questão: “somos a maioria. Já que somos a maioria e detemos o poder, a minoria deve se submeter a nós”. A bancada evangélica – ao menos essa parte à qual me refiro – argumenta a favor do poder da maioria em decorrência de sua expressiva representatividade. Os parlamentares evangélicos se designam representantes da maioria moral da sociedade; por isso, sempre falam em nome da sociedade: “Nós estamos aqui defendendo a família, os bons costumes, o resgate dos valores morais subvertidos. Estamos aqui para superar a crise ética, moral e política que assola o país, representando, assim, os anseios da sociedade”. Desse modo, a bancada evangélica constrói identificações e obtém apoio de diversos setores sociais conservadores para a aprovação de pautas morais, adquirindo legitimidade política. O discurso sectário e particularista dos evangélicos é substituído por um discurso mais abrangente, com o propósito de ampliar o espectro de representação, coalisão política e apoio popular.

Além da retórica da maioria representativa, explora-se a tese da minoria religiosa perseguida politicamente, vítima de forças violentas e ações abusivas para coibir sua expansão no campo político-religioso – nesta conjuntura, convém fazer referência a uma suposta perseguição política. Li hoje no jornal uma matéria que fazia referência à indignação de um pastor da Igreja Universal em relação à decisão da Justiça Eleitoral de auditar as igrejas que estão fazendo campanhas eleitorais,

5 Cientista política belga; professora de Teoria Política na Universidade de Westminster, no Reino Unido. Foi professora visitante em diversas universidades: Harvard, Cornell, Princeton no Centre National de la Recherche Scientifique.

na contramão do que prevê a legislação. Em sua concepção, essa medida do TSE é arbitrária e evidencia o clima de perseguição política contra as igrejas evangélicas no país: “Estamos vivendo uma perseguição política sem precedentes, em razão do nosso crescimento e também porque temos ocupado cargos políticos relevantes”. Como se pode constatar, nesse caso, o argumento da minoria religiosa perseguida politicamente favorece a articulação das diferentes denominações, inclusive aquelas cujos sistemas teológicos e doutrinários são divergentes. De acordo com essa perspectiva, todas as congregações evangélicas são discriminadas, marginalizadas e perseguidas; constrói-se, assim, um inimigo político, que pode ser encarnado pela Igreja Católica, Rede Globo, mídias hegemônicas, movimentos sociais e coletivos de esquerda. A construção desse inimigo comum propicia uma identificação entre “crentes” de diversas denominações, suspendendo provisoriamente as dissidências, que são numerosas, para viabilizar esse enfrentamento em nome de combater e derrotar o inimigo. Recorre-se, portanto, ao discurso da perseguição política, da discriminação religiosa e da restrição da liberdade de culto.

“Recorre-se, portanto, ao discurso da perseguição política, da discriminação religiosa e da restrição da liberdade de culto”

A categoria “liberdade religiosa” é utilizada de forma recorrente com diferentes acepções, a depender do contexto e dos interesses que estão em jogo. Um exemplo que costumo apresentar refere-se ao antigo projeto de lei 122/2006, que criminaliza a homofobia e esteve em tramitação na Câmara até 2015. Essa proposta legislativa foi arquivada por pressão da bancada evangélica, que se sentia aviltada e ameaçada pelo referido texto. Um dos seus artigos que provocou agitação entre os evangélicos estabelece que os livros cujo conteúdo reforçam visões e práticas homofóbicas seriam recolhidos. Esse projeto causou uma polêmica incrível, dando origem a reações intempestivas, extremadas e inflamadas. Foram elaborados argumentos infundados em torno da categoria “liberdade religiosa” para justificar a resistência política que se constituiu à época. Em uníssono, os parlamentares anunciavam que esse projeto, se aprovado, autorizaria o confisco das bíblias e censura-

ria as pregações da palavra de Deus. A retórica da catástrofe e do absurdo instigava a sensação de pânico e horror, favorecendo o ataque aos inimigos e a formação de alianças. O PL122, que visava proteger a população LGBT de preconceitos, intolerâncias e violências, passou a ser chamado de lei da mordaza pela bancada, que o retratou como uma medida tirânica e ditatorial, em benefício dos privilégios de determinado grupo, que pretende instalar “a ditadura gay” no país. Observa-se, pois, uma espécie de inversão conceitual ou malabarismo cognitivo, que transforma os homossexuais, vítimas diárias de violência, em indivíduos tirânicos e privilegiados. Os evangélicos, por sua vez, são considerados perseguidos políticos, cuja liberdade encontra-se ameaçada.

A defesa da democracia e da liberdade assume ares corporativos, visto que só ganha relevância quando os evangélicos se sentem prejudicados pelos privilégios da Igreja Católica e pelos direitos de determinados grupos sociais. É nesses momentos que reivindicam um tipo de liberdade, a liberdade de consciência, de culto e de religião dos cristãos; porém, impõem aos demais cidadãos a restrição da liberdade ética em nome da preservação de um sistema normativo particular. É esse o grande paradoxo. Trata-se de uma concepção restritiva de liberdade, dado que o livre exercício da fé não é a condição de liberdade mais abrangente, mas uma das dimensões da liberdade da vida humana. Contudo, os evangélicos entendem que essa liberdade religiosa é a condição primeira da liberdade, que atribui consistência à democracia. Dessa forma, preserva-se o princípio da liberdade religiosa, mas coíbem-se as liberdades individuais.

Em um Estado genuinamente laico, deve-se atribuir um valor especial à liberdade e não à religião, porque se o Estado preserva a liberdade, certamente preservará a liberdade religiosa, um dos aspectos da liberdade democrática. Para finalizar, outro aspecto interessante que diz respeito à questão da liberdade é que os princípios cristãos são apresentados pela bancada evangélica como referência ética para a sociedade, assumindo o papel de moral universal. Verifica-se a negação do pluralismo ético e a restrição das liberdades individuais. Os deputados empenham-se para transformar códigos de conduta e sistemas normativos específicos de determinado grupo em proposições constitucionais com valor legal. É aí que ocorre a perda da laicidade, uma vez que a pluralidade, princípio fundamental da laicidade e da democracia, é negada. 🌐

Espiritualidade, Religião e Laicidade do Estado

Henrique Vieira Passos

Teólogo formado pela Faculdade Batista do Sul do Brasil, Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, bacharel em História pela Universidade Salgado de Oliveira e ator formado pela Oficina Social do Teatro. Membro do Conselho deliberativo do Instituto Vladimir Herzog e da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito. Organizador do Coletivo Esperançar (Evangelho e Direitos Humanos).

Começo por uma concepção mais filosófica, distinguindo espiritualidade de religião a partir de uma abordagem do Frei Betto para, então, destrinchar o fundamentalismo religioso, a relação que ele tem com o neoliberalismo e o risco que ele oferece de fato para a democracia, o Estado laico e os direitos humanos. A espiritualidade, desse ponto de vista, é algo tão antigo quanto a humanidade.

“Destrinchar o fundamentalismo religioso, a relação que ele tem com o neoliberalismo e o risco que ele oferece de fato para a democracia, o Estado laico e os direitos humanos”

A espiritualidade nasce do espanto, do susto que o ser humano tem diante da potência e, ao mesmo tempo, da efemeridade e da fragilidade da experiência humana. Ou seja, a gente pode tudo e quase nada ao mesmo tempo e, diante dessa consciência, dessa potência e dessa tragédia que é a vida, o ser humano desenvolve possibilidades de transcender. Então, a espiritualidade é lúdica, a espiritualidade é poética, a espiritualidade é artística, a espiritualidade é metafórica, a espiritualidade é simbólica, a espiritualidade é abertura e curiosidade. É pergunta, não é resposta; é experiência, é subjetividade. A espiritualidade é tão antiga quanto a humanidade nesse sentido. É quase intrínseca à experiência humana a produção de símbolos que apontam esse caráter insuficiente da vida.

Dentro dessa abordagem, a religião seria datada historiograficamente, uma espécie de sis-

tematização e organização da espiritualidade. A religião pressupõe cultos, liturgias, cerimônias, uma determinada narrativa de mundo, uma teodiceia, uma doutrina, um código comportamental. Gosto de pensar essa distinção entre espiritualidade e religião para chegar ao seguinte ponto, com o Frei Betto: existem experiências religiosas que sufocam a espiritualidade; trata-se, portanto, do fundamentalismo religioso. O fundamentalismo religioso consegue a proeza, aparentemente contraditória, de sufocar a espiritualidade. Enquanto a espiritualidade é abertura, o fundamentalismo é fechamento; enquanto a espiritualidade é pergunta, o fundamentalismo é resposta; enquanto a espiritualidade é experiência, o fundamentalismo é doutrina. Enfim, o fundamentalismo religioso seria uma maneira de experimentar a religião de forma a sufocar a potência criativa, lúdica e aberta da espiritualidade.

“De uma verdade absoluta, eterna, estática, atemporal e absolutamente inquestionável”

É importante citar aqui algumas características do fundamentalismo religioso. Primeiro, uma concepção fechada e absoluta de verdade: a verdade é inquestionável, é estática, é atemporal e é revelada. Estou falando especialmente da teologia cristã, dos códigos do cristianismo, portanto, de uma verdade absoluta, eterna, estática, atemporal e absolutamente inquestionável. Essa verdade, em tese, se materializa em uma doutrina. Tal doutrina expressa essa verdade absoluta. Questioná-la não é, portanto, questionar o próprio Deus. Logo, revisar a doutrina é uma impossibilidade, uma vez que

Deus é eterno e imutável, Ele não se modifica, não é passível de revisão, de crítica, nem de reformulação. Então, essa verdade materializada em uma doutrina gera uma perspectiva totalitária de mundo, e é a esse ponto que eu quero chegar. Só que tem um detalhe fundamental para a gente entender isso: não estamos falando apenas de razão, não estamos falando apenas de discurso. Estamos falando da formação profunda da subjetividade humana. O fundamentalismo forja forma, cria, induz, conduz, formata emoções, sensações, perspectivas.

“O fundamentalismo forja forma, cria, induz, conduz, formata emoções, sensações, perspectivas”

Eu cheguei a ser parlamentar durante quatro anos na minha cidade de origem, Niterói. Fizemos um debate lá sobre a inclusão da educação de gênero e da diversidade nas escolas. Eu votei favoravelmente, entendendo que a escola tem um papel a cumprir na afirmação da democracia e do combate a violências históricas, estruturantes, estruturais, especialmente contra mulheres e LGBTQs. Eu, pastor Henrique, votei favoravelmente, então imaginem como foi a situação na Câmara Municipal. Fui atacado de tudo quanto foi jeito. Em uma audiência pública, uma senhora que me viu crescer na Igreja Batista e me viu pregar – quando adolescente, eu pregava em um culto para as senhoras da igreja às seis horas da manhã – veio me procurar no final da audiência pública. Ela estava tremendo, a mão dela estava suando, os olhos dela estavam marejados. Ela não conseguia olhar para mim, virava o rosto toda hora, caminhava um pouco de um lado para o outro. Então, ela perguntou com a voz trêmula: “O que aconteceu com você, meu filho?”. Não sei se estou me fazendo entender sobre a potência disso, na subjetividade.

Não precisa explicar muito. Estamos em um ambiente que formula e trabalha em cima disso, é algo muito profundo. Não está só aqui no meu discurso. O fundamentalismo forja e forma emoções. Então, fiz outra pergunta a ela: “O que mobiliza mais você, o que escandaliza mais você, o que te provoca mais choque? Um beijo entre dois homens ou um homossexual sendo assassinado por ser homossexual?”. Ela olhou para mim com certo espanto, percebi que a pergunta gerou um incômodo.

Ela demorou alguns segundos para responder, e aquilo gerou uma pausa no monólogo – monólogo porque só ela falava; eu não conseguia transformar aquilo em um diálogo, fazer perguntas.

“ ‘O que mobiliza mais você, o que escandaliza mais você, o que te provoca mais choque? Um beijo entre dois homens ou um homossexual sendo assassinado por ser homossexual?’ ”

Então, ela olhou para mim e disse: “As duas coisas, não é, filho?”. Então, ela equiparou uma manifestação espontânea e livre de afeto com um assassinato em termos de gravidade. E qual é a tese que eu estou apresentando? Não necessariamente ela tem um caráter péssimo, entendem? É uma subjetividade que foi forjada e formada. Acho que o pior caminho para resolver isso é dizer: “Ah, você é mau-caráter”. Eu acho que está em outro registro, está em outro lugar. Se a gente não entender isso, vai ficar batendo a cabeça na parede.

O fundamentalismo é, então, essa concepção fechada de verdade, materializada em uma doutrina, gerando uma perspectiva totalitária de mundo e, por fim, gerando o que alguns autores chamam de epistemicídio. Porque outras maneiras de conhecer o mundo, de acessá-lo, outras manifestações culturais e religiosas são absolutamente inferiorizadas, animalizadas, folclorizadas, exotizadas, demonizadas, ou seja, gera-se não só um padrão de comportamento, mas também uma perspectiva prévia de conhecimento da realidade. Assim, outras epistemologias, outras formas de saber também são anuladas, e, conseqüentemente, a insuportabilidade das diferenças, daí a intolerância como efeito quase que automático da concepção e da subjetividade fundamentalista.

O outro incomoda por ser quem é. A pura existência já gera um conflito, é lida como um ataque. Não precisa nem do conflito real, do convívio gerando alguma diferença. Algumas diferenças, só pelo fato de existirem, já geram um incômodo profundo, porque é uma visão que tenta englobar todas as relações da sociedade, família, escola, Estado, empresa, dimensão pública da vida, tudo totalizado por essa perspectiva. Então, a insuportabilidade das diferenças e a intolerância são sintomas.

“O fundamentalismo seria essa concepção que influencia comportamentos cotidianamente; já o extremismo seria a materialização dessa concepção em ações diretas de violência, se traduzindo também em um projeto de poder”

Alguns pesquisadores, especialmente na Universidade Federal Fluminense (UFF), fazem uma distinção entre fundamentalismo e extremismo. O fundamentalismo seria essa concepção que influencia comportamentos cotidianamente; já o extremismo seria a materialização dessa concepção em ações diretas de violência, se traduzindo também em um projeto de poder. Então, muitos autores, como a Christiana Vital da Cunha¹, trabalham com esse conceito. O fundamentalismo influencia o comportamento do indivíduo, mas não necessariamente ele vai projetar o seguinte: “Vamos disputar o Estado, vamos disputar as políticas públicas, vamos disputar as legislações”. O extremismo já seria a materialização e a radicalização dessa concepção em um projeto de poder e em violências mais diretas e objetivas contra esses corpos perseguidos, contra essas manifestações criminalizadas.

Evidentemente, a tese é de que o fundamentalismo é um obstáculo para a laicidade do Estado, para a democracia, por conta dessa concepção fechada de verdade, dessa vocação totalitária, dessa insuportabilidade das diferenças e dessa intolerância crônica. Mas, no caso brasileiro, não basta falar em intolerância religiosa; acredito que é preciso falar em racismo. O racismo é o chão da história do Brasil. O racismo está para além do comportamento, da índole ou do caráter. O racismo é estruturante das nossas relações sociais. O racismo é a construção do corpo animalizado, do corpo bestializado, do corpo folclorizado, do corpo exotizado, do corpo matável.

1 Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e do Programa de Pós-graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense e do Departamento de Sociologia da mesma universidade. Autora do livro *Oração de traficante: uma etnografia* (2015) e coautora dos livros *Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014* (2017), *Religião e conflito* (2016) e *Religião e política: uma análise da participação de parlamentares evangélicos sobre o direito de mulheres e de LGBTs no Brasil* (2012).

No Brasil colonizado, o modelo econômico hegemônico foi o *plantation*, caracterizado pelo latifúndio monocultor exportador que se utilizava de trabalho escravo. Um genocídio histórico datado de séculos sobre um povo virou característica de um modelo econômico dentro do Brasil colônia. Isso é grave, é perverso, é letal. Portanto, não é à toa, não é coincidência, não é por acaso que as religiões de matriz africana são historicamente e atualmente as mais perseguidas.

A intolerância ajuda a entender, mas o racismo fecha a questão, porque tem uma seletividade de que escolhe aquilo que tem relação direta ou indireta com a ancestralidade negra, como algo primitivo ou selvagem, pré-racional, ou demoníaco, diabólico, perverso, do mal. Então, acredito que falar em laicidade no Brasil é chamar a atenção para a dimensão racista estrutural da intolerância religiosa. E, no caso do cristianismo, o racismo alterou profundamente a própria epistemologia cristã, porque a Bíblia tem tradições africanas, tem toda uma dimensão racial profunda e diversos dispositivos emancipadores e libertários do ponto de vista da ancestralidade negra. Contudo, a leitura colonizadora, civilizatória, branca, heteronormativa e patriarcal da Bíblia faz com que ela se torne – como se tornou ao longo da história – um instrumento de morte: mulheres queimadas nas fogueiras, indígenas dizimados, negros escravizados, LGBTs asfixiados. Mas eu quero chamar a atenção para o fato de que o racismo alterou a própria epistemologia cristã.

“Que o racismo alterou a própria epistemologia cristã”

Para concluir, no caso brasileiro, o fundamentalismo e o extremismo, atravessados pelo racismo estrutural, têm seu crescimento relacionado com o neoliberalismo contemporâneo, partindo da referência do Boaventura de Sousa Santos². Desde a regulamentação do mercado financeiro, a flexibilização das leis trabalhistas, a perspectiva meritocrática de mundo, uma cidadania reservada à

2 Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Distinguished Legal Scholar da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin-Madison e Global Legal Scholar da Universidade de Warwick. Também é Diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça. Tem trabalhos publicados sobre globalização, Sociologia do Direito, epistemologia, democracia e direitos humanos.

dimensão do mercado do consumo, o esvaziamento do sentido público e comunitário da vida, uma sociabilidade muito mais baseada na suspeita do que na possibilidade de uma comunhão, o globalitarismo vai diluindo as territorialidades e desrespeitando as especificidades culturais dos espaços do mundo. Ou seja, cria-se um vazio crítico perfeito para que uma narrativa fundamentalista dê chão para a crise humana civilizatória do capitalismo neoliberal contemporâneo. O fundamentalismo cresce na areia movediça dessa diluição de sentido, uma vida cada vez mais tensa e paranoica.

Eu me lembro de uma ocasião, quando ainda eu era parlamentar, em que o medo e o pânico moral ativaram muita coisa. Me lembro de alguns moradores de um bairro elitizado de Niterói que disseram para mim, com toda a serenidade: "Olha, nós temos uma ideia brilhante para proteger nossa rua. Colocamos câmeras nas casas voltadas para a rua e distribuímos apitos entre os moradores. Se dentro de casa nós percebermos que um elemento estranho está passando pela rua, nem precisamos ir sair na varanda das nossas casas, porque isso seria um certo risco; basta ir até a janela e apitar. Quando você ouve um apito, o outro apita também, todo mundo começa a apitar e o elemento estranho tende a ser constrangido".

Isso é vida? Entendem? O medo, o controle do espaço, a vigilância. E mais, quem seria o elemento estranho? Qualquer pessoa que não mora na rua? Acho que é mais do que isso. Tem algum aspecto racial aí para perceber o elemento estranho? É uma sociabilidade da suspeita.

Talvez por isso os *shoppings centers* estejam cheios e as praças públicas, vazias. Porque se relacionar é tão insuportável que nós só conseguimos conviver mediados por muitas luzes, produtos e entretenimento; uma conversa real é uma raridade profunda. Nós temos monólogos entre pessoas. O silêncio, a paciência, a escuta verdadeira da dimensão do outro... isso é muito raro. E, na minha concepção, isso tem a ver com esse modelo de sociedade, que gera individualidades paranoicas, o medo patológico. E, dentro desse modelo civilizacional, o fundamentalismo entra como resposta,

"Tem a ver com esse modelo de sociedade, que gera individualidades paranoicas, o medo patológico"

como base, como algo que traz uma certa solidez para tanta areia movediça existencial.

"O campo evangélico é diverso e absolutamente heterogêneo. Existe um segmento que tem poder econômico, midiático, televisivo, político e institucional"

Concluo dizendo o seguinte: concordo com a professora Bruna, e apenas acentuo algo que ela também já colocou aqui muito bem, que o campo evangélico é diverso e absolutamente heterogêneo. Existe um segmento que tem poder econômico, midiático, televisivo, político e institucional. Esse grupo tem projeto de poder, embora também haja diferenças dentro dele, como ela descreveu muito bem. Mas existe essa faceta. É feroz, é totalitário, é autoritário, é antidemocrático, é machista, misógeno, é LGBTfóbico, racista. Cresce, interfere, influencia o fascismo brasileiro na versão religiosa. Dito isso com toda a seriedade, contundência e aperto no coração, cabe dizer e enfatizar: não podemos totalizar a experiência evangélica protestante nem no passado, nem no presente. É muito importante dizer isso, porque arrisco o seguinte: se criarmos um imaginário de evangélicos *versus* democracia, evangélicos *versus* direitos humanos, evangélicos *versus* mulheres, evangélicos *versus* LGBTs, nós estaremos preparando uma derrota trágica para a democracia brasileira, porque é o segmento religioso que mais cresce no Brasil, em porcentagens impressionantes. Cresce nas periferias, cresce nas favelas, cresce na população negra.

Uma coisa é uma crítica fundamentada, pesquisada, que é o que eu vi aqui hoje. Mas quero ser sincero, colocando aqui algum grau, talvez, de polêmica: existem críticas ao povo evangélico que são elitistas, que são assim: "Ah, porque todo evangélico é um careta conservador, não há produção intelectual acadêmica dentro do campo evangélico". Tem movimento negro evangélico, tem frente evangélica pela legalização do aborto, tem frente de evangélicos pelo estado de direito. Silas Malafaia é evangélico e Martin Luther King Jr., também. Acho um erro monstrificar, considerar que o problema do Brasil é o segmento evangélico. E diria mais: o conservadorismo evangélico não é tão diferente do conservadorismo médio do restante da sociedade brasileira. O fundamentalismo não é

um monopólio dos evangélicos. Uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, por exemplo, concluiu que o segmento religioso no estado que mais rejeitou a afirmação “Bandido bom é bandido morto” foi o segmento evangélico.

“O fundamentalismo não é um monopólio dos evangélicos”

A pesquisadora Esther Solano, aqui de São Paulo, fez uma pesquisa sobre a Marcha para Jesus³ – pesquisa bastante completa, na minha concepção – na qual demonstrou que as principais referências parlamentares não são a grande inspiração da base evangélica e, no que diz respeito aos direitos sociais, há uma grande distância entre o que pensam alguns protagonistas dessa banca e os da base evangélica.

Ela fez uma coisa muito curiosa: tirar a palavra *feminismo* e fazer perguntas feministas. O grau de adesão aumentou significativamente, então existem questões aí. Como evangélico eu digo: existe um segmento evangélico poderoso que influencia muito, que é um risco total para a demo-

“Existe um segmento evangélico poderoso que influencia muito, que é um risco total para a democracia, mas também tem muita gente pobre, trabalhadora, que encontra na sua igreja o único espaço de sociabilidade, que usa a fé em Jesus para sobreviver e dar sentido à vida e que não tem nada a ver com isso”

cracia, mas também tem muita gente pobre, trabalhadora, que encontra na sua igreja o único espaço de sociabilidade, que usa a fé em Jesus para sobreviver e dar sentido à vida e que não tem nada a ver com isso. Portanto, a tarefa para a defesa da democracia do Estado laico, na minha concepção, não pode ser criminalizar o campo evangélico como um todo. Isso não me parece correto e, taticamente, é se preparar para a derrota, porque é o que mais cresce no Brasil, inclusive entre os trabalhadores do nosso povo. 🙏

3 A síntese desta pesquisa pode ser encontrada em: SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Marcio. *Percepções evangélicas sobre política e sociedade brasileiras*. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13733.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

Racismo e Intolerância Religiosa: expressões subjetivas

Veridiana Machado

Psicóloga. Mestre em Psicologia na Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP). Especialista em Psicoterapia Junguiana pelo Instituto Junguiano da Bahia (IJBA). Coordenadora da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) de Relações Raciais e Subjetividades – ANPSINEP. Pesquisadora do Laboratório de Etnopsicologia – FFCLRP/USP. Dedicada-se aos estudos sobre Psicologia e Cultura; Etnopsicologia; Psicologia e Religiosidade afrobrasileira; Relações Étnico-Raciais; Comunidades e Povos Tradicionais.

Gosto de pensar sobre a laicidade e a intolerância retomando os conceitos de intolerância e de tolerância e contextualizando esses conceitos no Brasil, que sofreu essa colonização genocida e etnocida, como já foi falado aqui. Então, começo pensando nas características dessa modernidade, na nossa ciência pautada nessa verdade, centralizada na objetividade e na razão, e nesse cientificismo que promoveu na modernidade a destruição do outro, a inviabilização do outro, sendo que esse outro é o diferente: diferente de quem não era europeu, de quem não era branco naquele momento. E aí constrói-se esse conceito de identidade como algo universal, negando essa pluralidade, relegando ao diferente o lugar do sinistro, do anormal, do estranho e do elegantemente exótico.

Se a gente analisar alguns discursos, algumas declarações, como a Declaração de Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da época da Revolução Francesa, veremos que falam de igualdade, mas de igualdade entre os semelhantes. A Declaração de Independência dos Estados Unidos, por exemplo, fala da liberdade, da busca da felicidade, da importância da valorização, mas o veto ao voto feminino permaneceu. Então, para quem é essa liberdade, para quem é essa busca da felicidade? É a partir daí que eu começo a pensar no conceito de tolerância, isto é, a partir dessa identidade do europeu que nega o outro, que nega o diferente, a partir de uma ideologia da universalidade e homogeneidade da cultura europeia pela dominação das outras culturas.

Tolerância é uma palavra que vem do latim e significa “constância em suportar, em permitir, condescender”. Compõe uma relação humana entre desiguais, em que o superior faz concessões

“Promoveu na modernidade a destruição do outro, a inviabilização do outro, sendo que esse outro é o diferente: diferente de quem não era europeu, de quem não era branco naquele momento”

ao inferior. O verbo *tolerar* significa “suportar ou aceitar com indulgência”. Indulgência seria sinônimo de piedade, de misericórdia. Então, nessas duas significações, a gente observa o discurso, a presença do discurso discriminatório e superior de quem tolera, de quem é o tolerante nesse sentido. O intolerante, nessa condição, era o colono, que tolerava os colonizados. E essa tolerância não significa reconhecer a alteridade do outro. Não é porque eu estou falando do outro que estou reconhecendo essa alteridade, essa dignidade do outro; pelo contrário, essa tolerância é simplesmente a capacidade que o colono tinha de suportar esse outro para preservar a suposta ordem universal.

Aqui no Brasil e em outros países, a conversão ao cristianismo fazia parte dessa tolerância, ou seja, você tolerava, suportava o sujeito não civilizado, selvagem, desde que ele se convertesse aos seus princípios. Isso negava também uma dimensão que não era de religião, mas de espiritualidade desses povos, que eu posso chamar de indígenas de modo geral. Então, nesse cenário, o colono aparece como indulgente, como misericordioso, como alguém que, por piedosa tolerância, vai inserir os indígenas e os negros, os indígenas brasileiros na civilização para salvar suas almas

em troca da submissão de seus corpos ao trabalho escravo. Completa-se uma das justificativas da dominação e da mais perversa e violenta organização que já tivemos.

“Que alguns segmentos da religião no Brasil não sofrem apenas de intolerância, mas também de racismo religioso”

No Brasil, indígenas e negros foram tratados como criaturas que precisavam ser controladas, desbravadas, exploradas. Indígenas e negros foram ora eliminados, ora escravizados, tolerados pelos colonizadores como forças selvagens indomáveis, tolerados piedosamente, misericordiosamente como animais domésticos. Esse mesmo conceito de tolerância é que vai estruturar e incitar a atitude de intolerância. Então, temos aí uma contradição em que é interessante a gente pensar: na ideia de tolerância, de suportar o outro, já está presente a intolerância. Compreendendo essa operacionalização da tolerância nesse processo de colonização, assim como o Henrique, eu afirmo que alguns segmentos da religião no Brasil não sofrem apenas de intolerância, mas também de racismo religioso.

“Por que interseccionar esse discurso, ou melhor, esses conceitos de tolerância e de intolerância e de racismo religioso?”

É importante dizer isso aqui – eu, como mulher negra e adepta de uma religião de matriz africana – que não tenho como não falar também desse lugar de quem sofre esse racismo. Preciso despertar, como professora de Psicologia, essa escuta refinada e esse olhar para uma atuação profissional que enfrente essa discriminação, esse racismo religioso. Então, por que interseccionar esse discurso, ou melhor, esses conceitos de tolerância e de intolerância e de racismo religioso? Porque, assim como já foi dito, o racismo é esse sistema complexo que atua por meio de uma violência estrutural já presente, que fundamenta essa

violência estrutural presente na dicotomia que foi criada entre colônia e colonizado. Então, o racismo fundamenta a operacionalização dessa tolerância de modo muito peculiar com as religiosidades de matriz africana. Haja vista que até hoje, diante da pluralidade religiosa, da diversidade religiosa, diante da discriminação de diversos outros segmentos e da laicidade do Estado, ainda são as religiosidades de matriz africana as mais atingidas por essa intolerância, por esse racismo religioso.

Não por acaso, o dia 21 de janeiro, data homologada como de Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, foi escolhido devido ao falecimento de Mãe Gilda, em 1999. Ela teve sua fotografia exposta no jornal da Igreja Universal, na matéria “Macumbeiros charlatões lesam a bolsa e a vida dos clientes – o mercado da enganação cresce no Brasil, mas o Procon está de olho”. Em seguida, o terreiro de Mãe Gilda, localizado no bairro de Itapuã – bairro negro e populoso de Salvador, na Bahia –, foi invadido e seu esposo foi agredido. Mãe Gilda enfartou e faleceu no dia 21 de janeiro de 2000. Então, atualmente, as religiões de matriz africana ainda se veem ameaçadas o tempo inteiro por uma reatualização dessa intolerância e desse racismo.

Hoje, a contestação é com relação à utilização de animais para fins religiosos e para fins alimentícios, um debate que tem ocorrido bastante. É interessante, porque ninguém questiona o agronegócio, ninguém questiona o fato de no Brasil termos o maior rebanho de boi. Deve ser para a gente ficar observando, achando bonito. Deve ser por isso. Nem a Índia tem um rebanho de boi tão grande. Ninguém questiona nossas bolsas, nossos sapatos; não se questiona a utilização desses animais em outros ritos, em outros segmentos religiosos. E, já que é para questionar a vida, não existe nenhuma mobilização social, por exemplo, para pensar nas vidas que são tiradas cotidianamente no Brasil; ou que, não por acaso também, a maioria dos detidos no sistema carcerário brasileiro é de homens negros; ou que em nosso país as mulheres mais violentadas são as negras; ou que os jovens que mais morrem são os negros. Não existe mobilização para pensar nessas vidas, mas existe uma preocupação contraditória, ou esquizofrênica, com a vida da galinha que é utilizada no ritual. Então, é muito interessante a gente pensar nisso, porque esse fundamentalismo – com todo o respeito à questão da subjetividade – promove preconceito e racismo e não permite que a gente reflita.

“Esse fundamentalismo – com todo o respeito à questão da subjetividade – promove preconceito e racismo e não permite que a gente reflita”

A partir disso é que eu vou pensar, assim como a professora Bruna já falou, sobre a “laicidade brasileira”. De fato, existe uma especificidade nessa laicidade. Aqui no Brasil, não conseguiram, desde a República, privatizar a religião; muito pelo contrário, a religião católica manteve seus privilégios e os mantém até hoje. Os maiores privilégios ainda são da Igreja Católica. E, de modo geral, como não conseguiram promover essa separação e os privilégios da Igreja Católica foram mantidos, todas as perseguições religiosas passaram a acontecer no Brasil, como os espíritas que foram acusados, por exemplo, de exercício ilegal da medicina. Alguns autores afirmam que não havia nenhuma pretensão de que o espiritismo se configurasse como religião, mas, diante da pressão de outrora, ele precisou fazer isso para se defender. Os próprios protestantes, no início, também foram muito perseguidos por isso, as religiosidades afro-brasileiras foram demonizadas, patologizadas. A polícia queria invadir os terreiros, quebravam os instrumentos dos ritos, das práticas. Até mais ou menos 1940, enquadravam os ritos como feitiçaria e charlatanismo. E essas lideranças também foram obrigadas a reconhecer, a registrar seus terreiros como religião, embora não registrassem como terreiro, mas como centro espírita, como tenda espírita. Registravam com nome de santo católico, porque era o modo de negociar e de se tornar mais palatável para a sociedade brasileira.

Então, no percurso dessa laicidade brasileira, eu compreendo que existia um pertencimento religioso e, junto desse pertencimento religioso, dessa diversidade, uma aceitação da hegemonia católica. Em seguida, foi ocorrendo uma destracionalização religiosa justamente por conta desse pluralismo. Por quê? Porque você poderia – como acontece até hoje – ter dupla filiação religiosa. Existe um trânsito religioso muito grande aqui no Brasil, exceto no caso dos pentecostais, que exigem exclusividade para seu segmento religioso. Nesse mote, de fato percebo que o reconhecimento desse pluralismo e o questionamento dessa hegemonia se dão pelos pentecos-

tais, no momento da redemocratização do Brasil, quando esses pentecostais ingressaram na TV, ingressaram na política partidária etc. Registra-se que foi a Igreja Católica que fez o primeiro programa de televisão.

A Igreja Católica já tinha alianças partidárias, e isso fez com que o pentecostalismo também construísse essa força para disputar tais privilégios. É nessa disputa, de certo modo, que culmina o que se configura hoje como um poder político-partidário, esse fundamentalismo religioso que a gente está discutindo aqui. Então, hoje nós temos essa representação política formada por fundamentalistas, que, no que tange a psicologia, se utiliza de princípios bíblicos e não preza pelo bem comum. Como Bruna bem explicou, em alguns momentos fala-se de liberdade, em outros, não; em alguns momentos se respeita a laicidade, em outros, não; fala-se de laicidade, mas ao mesmo tempo eu compreendo que se propõe ali uma governabilidade religiosa.

“É nessa disputa, de certo modo, que culmina o que se configura hoje como um poder político-partidário, esse fundamentalismo religioso que a gente está discutindo aqui.”

Eu, como professora, vejo também uma grande dificuldade na sala de aula entre alunos evangélicos e alunos que não são evangélicos, mas construíram sua subjetividade por meio de uma moral evangélica, de uma moral cristã. De modo geral, esses alunos têm dificuldade de pensar sobre sua atuação profissional, sobre o papel da Psicologia no exercício da laicidade. E aí eu fico muito triste, é uma luta cotidiana. Não tem um dia sequer em que não tenha um aluno – quando eu trato de algum tema ou quando um colega propõe algum tema que tenha relação com o enfrentamento à discriminação, que seja uma crítica aos retrocessos da política fundamentalista – que não saia da sala ou que não tenha uma discussão na sala de aula por conta disso. Então, é tenso e triste ao mesmo tempo, mas aos poucos a gente vai dialogando com isso e utilizando o poder do lugar de professor para mediar esse diálogo, mas não é fácil. Por que não é fácil? Porque tem a ver com a subjetividade. Então, às vezes é difícil,

porque não adianta você tentar mostrar as relações da Psicologia com os Direitos Humanos; é difícil porque está mexendo com a subjetividade daquele aluno, então você também desestrutura aquele sujeito. Eu sinto que eles também sofrem, de certo modo, quando alguém mexe nessa estrutura e naquilo em que eles acreditavam.

Já foram citadas aqui algumas das propostas que representam esse retrocesso, como a questão das drogas, dos direitos reprodutivos, o modo pejorativo como foi tratado o “*kit gay*”, uma campanha sobre HIV que foi vetada utilizando a justificativa da família. Ou seja, todos esses argumentos e propostas ferem os princípios do exercício da laicidade dentro da Psicologia. Então, eu acho que é isso que é importante falar, instalar aqui nessa casa. É o que eu falo todos os dias na sala de aula, é o que eu falo todos os dias nos momentos de lazer. Já virou um mantra tocar nesse assunto, falar dessa atuação profissional compromissada e que é importante de fato estarmos atentas/os, porque, muitas vezes, os discursos fundamentalistas que representam esse retrocesso são sutis.

“Falar dessa atuação profissional compromissada e que é importante de fato estarmos atentas/os, porque, muitas vezes, os discursos fundamentalistas que representam esse retrocesso são sutis.”

Eu tenho alunos que, no início da aula, fizeram uma reunião ou café da manhã para fazer culto dentro da faculdade. E aí houve uma certa tensão, porque outros alunos disseram: “Olha, a gente está a fim de conversar aqui, de bater papo, de falar besteira, de rir. Façam em outra sala”. Eles levaram o caso para a Coordenação e conseguiram uma sala na faculdade para esse culto. Outro grupo da faculdade se reúne nos intervalos das aulas – acho que eles se chamam UFC (Unidos pela Fé Universitária) ou algo do tipo, e fazem uma espécie de reunião que também incomoda. É difícil, inclusive, dar aula nas salas mais próximas. Essa é uma forma de demonstrar os privilégios que eles vêm ganhando aos poucos, uma forma de reprimir as outras expressões religiosas dentro do espaço institucional.

Então, o que a Psicologia tem a ver com tudo isso? É importante frisar que a Psicologia, além de seu *status* como ciência e como profissão, é um ator social. Ela abarca um sistema que integra conselhos de classe e de profissão. E, enquanto ator social, é reconhecível, é localizável no debate público e em qualquer pleito, se posicionando de modo contrário a esse fundamentalismo religioso, o que vai impactar na agenda dos Direitos Humanos, no que se refere aos direitos sociais, à educação, à saúde e etc. A Psicologia já vem denunciando: quando denuncia as instituições privadas de tratamento ao uso de drogas, denuncia que essas instituições recebem financiamento público e, muitas vezes, promovem ali dentro a reversão sexual e, na maioria dos casos, não atuam na lógica da reforma psiquiátrica. Se a Psicologia, no passado, foi conivente com algumas dessas propostas, hoje, se posiciona a partir dos Direitos Humanos e é contra suas violações.

A gente precisa tomar isso como o nosso lema e emblema político, não só agora, por conta das eleições, mas na nossa atuação profissional de modo geral. Então, com relação aos segmentos de matriz africana, há muitas coisas que eu posso compartilhar depois. Hoje à tarde, assim que eu cheguei a São Paulo, recebi um vídeo de uns policiais que invadiram um terreiro em Minas Gerais e confiscaram os atabaques – algo que acontecia entre as décadas de 1930 e 1950. De fato, é um retrocesso. Eu participei do processo de tombamento de um terreiro em Salvador. Fiquei refletindo sobre o quanto foi difícil realizar esse tombamento: a exigência dos órgãos públicos, a construção de um lado antropológico, as fotografias das atividades, a necessidade de comprovar a existência daquele terreiro, que já vai fazer 100 anos. Pensei no quanto foi difícil. Foram 10 anos tentando tombar aquele terreiro. Existem outros terreiros tombados, mas existem aliados políticos. Quando não se tem esses aliados, você precisa ficar o tempo inteiro tentando provar na lógica de uma religião colonial que aquilo ali – o terreiro – é uma religião. Foi muito confuso, foi muito sofrido esse processo. 🌍

Psicólogo e mestre em Psicologia da Educação pela PUC-SP. Coordenador político estratégico da FICAS. Membro da coordenação colegiada da ABONG/SP. Membro do GT de Laicidade e Religiosidade do CRP SP. Apresentador do Programa Mutirão (Rede Boa Nova de Rádio). Colunista da revista Carta Capital. Membro fraterno da KOINONIA.

Acho que, para ficar mais representativo e plural, nós precisávamos ter a presença de uma trans ou um trans – aí nossa mesa estaria completa. Até porque, como estamos falando sobre laicidade e religiosidade, essa é uma das populações que mais sofrem e são expulsas dos espaços sagrados: a população LGBT como um todo. A população de travestis, de mulheres e homens transexuais é a mais excluída na comunidade LGBT. Outra questão importante para a gente pensar é que essa onda conservadora e reacionária não é só advinda das religiões neopentecostais, então eu vou falar um pouquinho disso, do lugar de onde eu venho.

Eu falo da comunidade espírita e tenho percebido um crescente movimento de intolerantes, reacionários e conservadores nessa comunidade. As pessoas acham que são modernas, que apoiam o diferente, mas não é bem assim. Eu acho sempre importante nós destacarmos de onde a gente fala, então eu sou psicólogo religioso, atuo na questão do ecumenismo, da tolerância religiosa, do diálogo inter-religioso.

Dentro dos nossos espaços de fé, a gente tem uma disputa narrativa, então fazem de tudo para nos expulsar e a gente resiste. Seria muito mais fácil – e eu afirmo isso categoricamente – a gente se afastar, porque assim a gente não sofreria tanto. Eles nos causam tanto sofrimento que, às vezes, a gente prefere se afastar a ficar no embate, mas a disputa de narrativa na mídia é importante, seja por meio das revistas ou das rádios. Recentemente, passei um tempo morando em Angola. Ali, a gente percebe como a onda conservadora tem atingido o país, com uma população estimada (parecida com o Brasil) de 80% de cristãos e cristãs, onde tem-se a mesma onda de

religiões neopentecostais – inclusive, as nossas estão lá, como a Igreja Universal Mundial do Reino de Deus, e também estão fazendo algo muito parecido com o que fazem aqui no Brasil.

Na história do Brasil, durante o período da colonização, buscou-se restringir a liberdade religiosa, professando a religião cristã como única e dizimando as outras religiões. Algo que eu percebi em Angola, e que é muito legal destacar, é que as línguas nacionais perduraram, então existem cinco línguas nacionais, além do idioma português, que foi imposto pelos invasores – nesse caso, por Portugal, que invadiu Angola e o Brasil, e ali impôs sua crença, sua religião. Em Angola, os portugueses não conseguiram dizimar a língua nacional, mas no Brasil isso aconteceu. A gente fala a Língua Portuguesa, mas, nas religiões indígenas, por exemplo, há apenas alguns grupos isolados que falam.

Pensando também na Igreja Católica, podemos afirmar que é uma igreja tida como oficial, largamente aceita e disseminada – até bem pouco tempo era a igreja oficial do Brasil. Foi com a Proclamação da República, em 1889, que o Estado se tornou laico e passou a garantir o direito à liberdade religiosa. Além da garantia constitucional, outras leis se fizeram necessárias para que o direito pudesse ser usado de maneira ampla e irrestrita na forma da lei, evitando qualquer tipo de intolerância, imposição e discriminação religiosa. Porém, não é bem assim. Meus pares aqui já falaram brilhantemente do tema, mas eu quero chegar à Constituição Federal de 88: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais,

“Foi com a Proclamação da República, em 1889, que o Estado se tornou laico e passou a garantir o direito à liberdade religiosa. Além da garantia constitucional, outras leis se fizeram necessárias para que o direito pudesse ser usado de maneira ampla e irrestrita na forma da lei, evitando qualquer tipo de intolerância, imposição e discriminação religiosa”

a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”. É laico, mas não é tão laico assim. É mantida a presença de Deus na Constituição, e aí alguns vão utilizar esse trecho para dizer que o Brasil não é um Estado laico. Quando a gente fala sobre a laicidade do Estado, em especial quando a gente está falando dos nossos pares, não está falando que é um Estado ateu, embora os ateus, os agnósticos, tenham o mesmo respeito dado a quem professa fé. A gente está dizendo que é um Estado laico, em que deve ser garantido o direito de crença e de não crença a todo o povo. Então, o Estado não pode, em detrimento de outras pessoas, apoiar uma religião ou não e também não pode perseguir determinadas religiões ou simplesmente fechar os olhos, como acontece com as religiões de matriz africana. No artigo 5o, item VI, está escrito: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

Um exemplo interessante que poucos de nós sabem é que o frango que a gente consome é chamado de *halal*, que é um frango rezado por muçulmanos, é um frango para exportação. Não se vê toda uma mobilização com o frango que a gente consome. Para não rezar metade sim e metade não e se perder quanto ao que foi rezado e qual

não, eles rezam em todos e a gente acaba comendo o frango que foi pensado para outras religiões. Isso é só para a gente pensar como o problema é de racismo religioso, e não simplesmente de religiosidade; isso é muito maior e está no imaginário popular, inclusive quando a gente percebe insultos relacionados às religiões não cristãs.

Existem algumas resoluções e normas técnicas para nós, enquanto psicólogas e psicólogos, nos organizarmos em relação às questões da espiritualidade e da religiosidade. Temos lidado com algumas questões, inclusive, de falta ética em que profissionais religiosos querem impor sua fé no *setting* terapêutico ou nos espaços onde atuam enquanto psicólogas e psicólogos.

Até pensando também como é que a gente vai para a Resolução 01/1999, que estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, e, mais recentemente, a Resolução 01/2018, que estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Outra resolução importante é a 018/2002, que estabelece a forma de atuação da psicóloga ou do psicólogo em relação

“Quando a gente fala sobre a laicidade do Estado, em especial quando a gente está falando dos nossos pares, não está falando que é um Estado ateu, embora os ateus, os agnósticos, tenham o mesmo respeito dado a quem professa fé. A gente está dizendo que é um Estado laico, em que deve ser garantido o direito de crença e de não crença a todo o povo. Então, o Estado não pode, em detrimento de outras pessoas, apoiar uma religião ou não e também não pode perseguir determinadas religiões ou simplesmente fechar os olhos, como acontece com as religiões de matriz africana”

ao preconceito e à discriminação racial. Em relação a tudo isso, a gente deve recorrer ao código de ética profissional, que deve balizar a atuação de todas/os nós, profissionais. Então, de novo, eu, enquanto psicólogo e enquanto religioso, afirmo que a gente deve garantir que no atendimento às pessoas que nos procuram haja respeito a sua crença ou a sua não crença, que a gente não pode impor nossos valores, nossas crenças. Eu, enquanto espírita, mais ainda, porque as pessoas acreditam que seus problemas são de vidas passadas; nunca o sujeito tem culpa, é sempre de algo anterior àquela existência. Tudo isso infere na nossa atuação profissional.

Cada um tem o Silas Malafaia que merece, e a gente também tem um Malafaia para nossa religião, que se chama Divaldo Franco. Ele tem tido falas tão absurdas que nos leva a acreditar que está flertando com religiões conservadoras e intolerantes. Em uma de suas falas, por exemplo, ele se posicionou sobre a identidade de gênero, que é algo que ele não domina, e agora, mais recentemente, teve uma fala associando a bissexualidade ao *heavy metal*. Ele faz um terror e confunde, porque tem milhares de seguidores. É isso: quando uma liderança religiosa se posiciona dessa maneira, isso confunde as pessoas que estão ao seu redor. E aí as pessoas imaginam que a doutrina espírita é uma religião elitista, uma religião branca, e, portanto, acredita-se que essas pessoas são mais intelectualizadas, mas, em tese, não o são. As mesmas coisas que a gente encontra dentro de outras religiões também encontra dentro da comunidade espírita.

“Quando uma liderança religiosa se posiciona dessa maneira, isso confunde as pessoas que estão ao seu redor”

E aí, para pensarmos no que estamos falando, a quantidade de pessoas no Brasil que têm uma crença ou que acreditam em alguma coisa é de cerca de 80%. Também tem a dupla pertença, que é algo interessante. Existem pessoas, por exemplo, que são evangélicas, mas acreditam na reencarnação; que são evangélicas, mas respeitam Maria. Essas crenças podem tranquilamente se complementar dentro da pluralidade religiosa que marca o povo brasileiro. Com base em um re-

latório sobre a liberdade religiosa, pode-se considerar que a relação amigável entre as religiões contribui para a liberdade religiosa no Brasil. Nosso país é religiosamente diverso, com tendência a mobilidade entre as religiões. Mas eu queria dizer que, de 2005 para cá, há controvérsias, por causa do surgimento dessa onda reacionária como uma tendência de segmentos que estão se sentindo ameaçados.

“Nosso país é religiosamente diverso, com tendência a mobilidade entre as religiões”

Então, quando a população LGBT vai para as ruas exigir seus direitos, é porque a cada 28 horas alguém da comunidade LGBT é assassinado no Brasil. A média de idade das travestis é de 28 a 32 anos. Muitas vezes, um religioso ou uma religiosa não vai lá e mata, mas empodera outras pessoas para fazer, seus discursos empoderam essas pessoas. E é pensando na história da Mãe Gilda – já contada pela Veridiana –, que foi perseguida até chegar a óbito, que a gente pensa na dimensão subjetiva, em como a dimensão subjetiva pode enfraquecer as relações humanas, algo que tem estado muito presente nessas eleições presidenciais de 2018. Eu acho que o caldo entornou em meados de 2010, quando a pauta moral apareceu muito forte, a questão do aborto apareceu muito forte no debate eleitoral. De lá para cá, essas pautas conservadoras têm ganhado terreno, então é impossível pensar em um pleito eleitoral sem dialogar com os religiosos e as religiosas.

É muito fácil a gente dizer que “O Estado é laico”. É como se a gente se colocasse na parede e dissesse: “O Estado é laico e eu não quero saber, a gente vai ter que respeitar a laicidade”. O que a gente tem que pensar é que precisa dialogar com todas as camadas sociais, inclusive as religiosas, que constituem a grande maioria do povo brasileiro. Outra questão reflexiva é: qual o papel da Psicologia no enfrentamento das intolerâncias e no fortalecimento da laicidade do Estado? E no diálogo religioso? É um papel importante justamente porque a gente vai se debruçar em pensar como é que a Psicologia pode minimizar o sofrimento das pessoas, justamente porque alguns sofrimentos são oriundos de religiosas e de religiosos que interpretam à sua maneira os livros sagrados. Quando eu falo que eles querem nos

expulsar das comunidades de fé, além de querer nos expulsar, eles querem nos tirar o acesso ao sagrado, como se fosse algo que só um grupo pudesse ter. Então, por exemplo, nós, LGBTs, eles querem nos expulsar das comunidades de fé, como se a gente fosse demonizado. Inclusive, demonizam nossos desejos e nossos corpos como uma forma de nos tornar menos humanos.

“Nós, LGBTs, eles querem nos expulsar das comunidades de fé, como se a gente fosse demonizado. Inclusive, demonizam nossos desejos e nossos corpos como uma forma de nos tornar menos humanos”

Por fim, vamos pensar em recomendações e sugestões sobre o papel da Psicologia nessa superação das intolerâncias. Acredito que primeiro a gente deve travar um amplo debate com a sociedade civil para pensarmos em como podemos defender os Direitos Humanos, a partir de algumas questões que são muito caras para a Psicologia. Podemos criar grupos de trabalho dentro dos conselhos, por exemplo, mas não dá para ficarmos apenas no discurso, que é muito academicista. Concordo com meu amigo Henrique, que a gente não pode falar “Neopentecostal é tudo reacionário, não tem conhecimento acadêmico”. A gente também está dentro de uma supremacia branca e academicista e não dialoga com as camadas mais populares. É preciso criar normas técnicas e resoluções, assim como o Conselho já vem fazendo, mas também dialogar com os anseios e as necessidades da população brasileira, ampliar o debate com o campo religioso, com outras áreas, como a Antropologia e a Ciência da Religião, e pensar em como essas áreas podem contribuir para o fazer

“Travar um amplo debate com a sociedade civil para pensarmos em como podemos defender os Direitos Humanos, a partir de algumas questões que são muito caras para a Psicologia”

da Psicologia e para a construção de ações que vão primar pelo fortalecimento da laicidade do Estado. Tudo isso pensando que, diante do que a gente tem vivido, diante dessa onda reacionária e conservadora, nós também precisamos nos posicionar com vigor, precisamos nos posicionar com fraternidade, não permitindo que as pessoas ajam com truculência. 🙏

“Precisamos nos posicionar com vigor, precisamos nos posicionar com fraternidade, não permitindo que as pessoas ajam com truculência”



Realização:



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP